

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARNA

BALANÇO SOCIOAMBIENTAL Publicado em dezembro 2013





APRESENTAÇÃO

O objetivo da apresentação deste Balanço Socioambiental é demonstrar a adequabilidade da utilização do Balanço pelos organismos do setor público, fundamentando a sua importância à luz dos conceitos da Responsabilidade Socioambiental.

Os resultados sinalizam para a importância do uso do Balanço Socioambiental pelo Poder Público enquanto instrumento de evidenciação das suas ações, de forma consolidada, como resposta às crescentes demandas populares por maior eficiência e transparência na gestão da coisa pública.

"A idéia do Balanço Socioambiental é demonstrar quantitativamente e qualitativamente o papel desempenhado pelas empresas no plano social, tanto internamente quanto na sua atuação na comunidade. "Herbert de Souza".



Mensagem do Presidente



Essa é a importante contribuição para a evidenciação das ações e resultados produzidos pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina à luz dos conceitos da Responsabilidade Socioambiental Corporativa e da Nova Cidadania.

Assim como a sociedade está pressionando as instituições públicas para mudarem suas práticas, ela também vem estendendo suas cobranças, questionando suas formas de agir, seu papel e indo mais além, da própria concepção do escopo das suas funções e responsabilidades.

O Balanço Socioambiental se mostra como o melhor instrumento para o controle social na medida que oferece uma visão ampliada das ações e dos resultados de governo, contemplando informações sobre o uso eficiente dos recursos e sobre a natureza e qualidade das relações (vetores sociais, ambientais e recursos humanos). O Balanço Socioambiental é um instrumento estratégico para avaliarmos e multiplicarmos o exercício da responsabilidade socioambiental da ALESC.

É necessário, portanto, ir além, ampliando os mecanismos de inserção popular, via maior publicização das ações do Poder Público, assegurando a transparência necessária para que a sociedade possa acompanhar, avaliar, julgar e validar as ações encetadas e os resultados alcançados pelo Parlamento Catarinense.



Organizadores

Heloisa Mara Lisboa Vieira — Assessora de Planejamento
Maria Luiza da Silva Dalbosco — Coordenadora de Informações
Neroci da Silva Raupp — Gestor de Planejamento Estratégico

PERFIL DA INSTITUIÇÃO

Nome da Instituição

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC.

Vinculação

A ALESC está vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina.

Esfera ou nível de governo

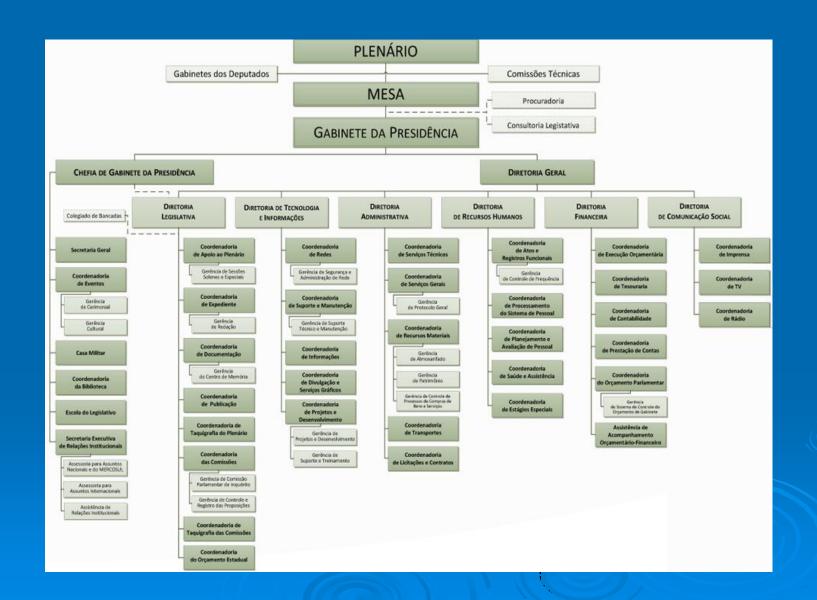
A ALESC é um órgão da Administração Pública Direta Estadual.

Natureza jurídica

A natureza jurídica da ALESC é Pessoa Jurídica de Direito Público.

Estrutura institucional

A estrutura institucional é formada pelo Plenário, Gabinete dos Deputados, Comissões Permanentes e Mesa. Já a estrutura administrativa é composta por Procuradorias (Jurídica, Legislativa e de Finanças), pela Consultoria Legislativa, pela Chefia de Gabinete da Presidência e pela Diretoria Geral, que é constituída ainda por diretorias, coordenadorias e gerências.



Breve Histórico

A ALESC foi criada em 12 de agosto de 1834, quando passou de Conselho Geral para Assembleia Legislativa Provincial e contava com 20 legisladores. Esse número prevaleceu durante 47 anos, ou seja, até 1881, quando a Lei número 3.039 aumentou a representação para 22 deputados e para 40 Deputados em meados dos anos 50.

O Poder Legislativo Estadual em Santa Catarina é exercido pela Assembléia Legislativa, por intermédio de 40 Deputados Estaduais, eleitos como representantes do povo para um mandato de quatro anos. Ao longo dos anos, passou por substanciais transformações que moldaram o papel que atualmente desempenha.

Dentre as últimas transformações importantes destaca-se a adoção do Planejamento Estratégico como um importante instrumento de gestão, que permite à instituição cumprir com excelência a sua missão constitucional, agilizando o processo decisório, a integração dos procedimentos internos, o controle dos resultados, o raciocínio estratégico e a integração com o ambiente externo. Esse instrumento foi regulamentado por intermédio da Resolução nº 004, de 2008, que: "Define a Missão, Visão Estratégica e os Valores Organizacionais, e aprova o Planejamento Estratégico para o quadriênio 2009/2012 da Assembléia Legislativa de Santa Catarina".

Em 2008 no processo de planejamento foram definidas a Missão, a Visão e os Valores Organizacionais da ALESC, que são:



Missão

Representar a sociedade catarinense, promovendo o estado democrático de direito.

<u>Visão</u>

Ser referencial de excelência na representação da sociedade.

Valores

Ética, honestidade, igualdade, liberdade de expressão, respeito e transparência.





SISTEMA DE GESTÃO

Modelo e Ferramenta de Gestão



Pautada no princípio constitucional da eficiência, previsto no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, a Alesc busca um novo paradigma no modelo de gestão de sua administração, promovendo mudanças para tornar seus processos mais eficientes, modernos e de qualidade.

Preocupada com o contínuo aperfeiçoamento da sua gestão, a ALESC vem promovendo um amplo processo de reflexão em busca de meios para atuar de maneira ainda mais consentânea ao seu papel social e institucional, estimulando a construção de uma cultura de pensar estrategicamente.

Os primeiros passos neste sentido iniciaram com o desenvolvimento do planejamento estratégico institucional de 2009-2012 e a disseminação do conhecimento e auto-avaliação da administração da Casa, com base no Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GesPública.

Ao planejar, é possível nortear as ações institucionais, promover o alinhamento e a integração de todos os setores em busca de um objetivo comum e, além disso, gerar mais segurança nos processos de tomada de decisão.



Gespública

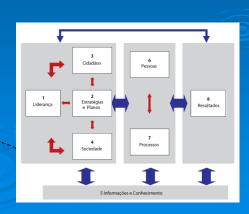
Em 2005, o Governo Federal deu início a um programa de qualidade e produtividade para a administração pública chamado Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA. Esse foi o primeiro passo para a formulação e a implementação de uma vigorosa política pública de gestão.

Consolidando os passos na direção de uma gestão por excelência, a Alesc buscou o alinhamento das ações de sua administração aos critérios preconizados pelo Gespública, quais sejam: Liderança; Estratégias e Planos; Cidadãos; Sociedade; Informações e Conhecimento; Pessoas; Processos e Resultados.

Com essas iniciativas a Alesc vem reafirmar sua crença de que esse modelo de administração há de contribuir para que a Instituição desempenhe sempre da melhor forma os seus múltiplos papéis na sociedade e na estrutura do Estado.









Responsabilidade Socioambiental

I – Compromisso com a Sociedade

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina busca cumprir seu papel de responsabilidade socioambiental, por intermédio de projetos e ações voltadas à sociedade catarinense, como os expostos a seguir:





1.1 Certificado de Responsabilidade Social

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com base na Lei 12.918, de 23 de janeiro de 2004, instituiu o Certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina e o Troféu Responsabilidade Social - Destaque SC, tendo por finalidade reconhecer e destacar as empresas privadas e entidades com fins não econômicos que tenham a responsabilidade socioambiental incluída em suas políticas de gestão visando à promoção do bem-estar da sociedade e a preservação ambiental

Os concorrentes são avaliados por intermédio de seus Balanços Sociais. Entre os itens considerados estão a participação dos empregados nos resultados econômicos, as possibilidades de desenvolvimento oferecidas, o nível de interação com a comunidade e o cuidado com o meio ambiente.



São concedidas duas modalidades de reconhecimento: Certificado de Responsabilidade Social e Troféu Responsabilidade Social. O certificado é conferido às empresas privadas de pequeno, médio e grande porte e entidades com fins não-econômicos que apresentam, em seu balanço social, a pontuação mínima em relação aos indicadores. O troféu será oferecido às empresas privadas certificadas, de acordo com seu porte e segmento de atuação, que apresentarem o melhor nível de desempenho em termos de responsabilidade social, sendo classificadas segundo indicadores previstos.

Além da Assembleia, a certificação tem o apoio do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conede); Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina (Cejesc); Conselho Regional de Contabilidade (CRC/SC); Federação Comercial e Industrial do Estado de Santa Catarina (Facisc); Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc); Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina (Fecomércio); Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Santa Catarina (Fhoresc); Fundação do Meio Ambiente (Fatma); Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc); Observatório Social de Florianópolis (OSF); e Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas de Santa Catarina (Sebrae).























Ao implementar a Lei 12.918 em 2011, anualmente a Assembleia Legislativa de Santa Catarina passou a conceder a Certificação e Troféu Responsabilidade Social às empresas e entidades com fins não econômicos que atenderam aos requisitos do Edital, certificando até a presente data 76 Empresas Privadas e 101 Entidades com fins não econômicos, sendo:

Ano 2011: 19 Empresas privadas

21 Entidades com fins não econômicos

Ano 2012: 16 Empresas privadas

35 Entidades com fins não econômicos

Ano 2013: 41 Empresas privadas

45 Entidades com fins não econômicos



1ª Edição – Ano 2011









2ª Edição – Ano 2012









3ª Edição – Ano 2013











1.2 Comenda do Legislativo

A Comenda do Legislativo Catarinense, tem como objetivo homenagear pessoas físicas, jurídicas e outras entidades, que no campo de suas atividades realizam ações relevantes e de destaque no Estado.

A Comenda será a única outorgada pelo Poder Legislativo e concedida anualmente em data a ser definida pela Mesa no início do segundo período de cada Sessão Legislativa.

Cada parlamentar com assento na Assembleia Legislativa poderá indicará um homenageado.







1.3 Programa Antonieta de Barros

O Programa Antonieta de Barros, instituído pela Lei 13.075, de 29 de Julho de 2004, desenvolvido sob a égide da legislação que trata de Estágio (complemento curricular), é fruto da articulação dos movimentos sociais. Destaca-se o papel protagonista do Fórum de Mulheres Negras da Grande Florianópolis e a sensibilidade e reconhecimento do Poder Legislativo Catarinense.

O Programa tem o nome da mulher negra, professora e parlamentar que extrapolou as conquistas de sua época. A homenagem é em função da efetiva atuação como mulher negra e professora, preocupada com a educação pública e gratuita, despertando as reivindicações feministas e instaurando o debate racial no espaço institucional. Foi eleita no ano de 1935, no Estado de Santa Catarina como primeira Deputada negra do país.

Através deste Programa, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, de forma desafiadora assume o compromisso de implementar uma política de ação afirmativa direcionando ações que vislumbrem a eliminação das desigualdades de gênero, raciais e sociais.





Essa experiência inédita da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina contribui sobremaneira para o país, na medida em que há maior proximidade de uma parcela invisibilizada da população pela condição étnica, gênero, pessoas com necessidades especiais, com vulnerabilidade na localidade de moradia e o compromisso e comprometimento institucional estabelecido pelos parlamentares na implementação da Lei.

As ações permanentes junto as organizações não governamentais, parceiras do Programa, o acompanhamento das escolas e universidades das quais os estagiários estão inseridos e os trabalhos desenvolvidos junto a Escola do Legislativo, no que se refere a capacitação, formação, apoio pedagógico para a manutenção e ascensão da escolaridade, permitem aos jovens um novo "olhar " sobre eles mesmos, despertando o senso crítico da realidade que vivenciam e, promovendo a auto-estima tão necessária para o êxito da trajetória individual e coletiva do cidadão.







O Programa Antonieta de Barros entende que o processo de aprendizagem deve se pautar na avaliação continua dos procedimentos adquiridos nas relações de trabalho, propiciando a reflexão das atividades desenvolvidas.

O programa preocupa-se com o acompanhamento da trajetória escolar, inserindo e apoiando a permanência de jovens no sistema formal de ensino, como estratégia de inclusão social e acompanhamento da trajetória profissional, visando à promoção da igualdade pela ampliação de oportunidades. Foram realizadas visitas escolares no segundo semestre, com o consentimento dos pais, para conhecer a realidade escolar de cada integrante, promovendo ações que colaborem para a aprovação escolar.











A proposta do Programa Antonieta de Barros, é que a educação seja pautada enquanto processo de ação contínua e que as experiências individuais e coletivas dos estagiários possam configurar com o objetivo de propiciar aos jovens estudantes, espaço de reflexão sobre o papel do Poder Legislativo Estadual, a importância da política numa sociedade democrática, estimulando a conscientização dos estagiários sobre temas como: desigualdades sociais, violência, criminalidade, cultura da paz, inclusão, paternidade responsável, Adoção Laços de Amor, entre outros.

Desde a sua implantação em 2004, a Alesc oportunizou a participação de 250 jovens no Programa





1.4 Programa de Acessibilidade

Legislação Estadual em Braille

O Poder Legislativo está dando mais um passo com o intuito de estreitar a relação entre a Casa do Povo e os Catarinenses. Já está disponível na Biblioteca do Parlamento Catarinense a Constituição Federal, a Constituição Estadual, o Regimento Interno, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso entre outras Legislações, todas em braille, facilitando o livre acesso à informação para as pessoas com deficiência visual.





Os deficientes visuais estão cada vez mais procurando um espaço no mercado de trabalho, estão cada vez buscando maior número de informações, fortalecendo as relações sociais. As pessoas com deficiência visual têm prezado cada vez mais pela formação acadêmica e, por conta disso, buscam vários mecanismos de acesso à informação e aos materiais que atendam suas necessidades.

Nesse contexto, a procura de pessoas cegas por escolas técnicas, universidades e centros de reabilitação tem crescido a cada ano. É fundamental para o desenvolvimento educacional e social da pessoa com deficiência visual o acesso à informação. Os recursos de leitura e escrita em braille e a adaptação da informação ao sistema contribuem para que exerça sua autonomia e independência.







1.5 Alesc Inclusiva

Objetivando a inclusão social, a igualdade e a ampliação de oportunidades para estudantes com deficiência que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O Programa ALESC Inclusiva tem como finalidade o desenvolvimento de ações efetivas que viabilizem a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, por intermédio do oferecimento de vagas de estágios na Assembleia Legislativa de Santa Catarina

O Programa Alesc Inclusiva prevê a inclusão de 20 estagiários com deficiência, nesse período de implantação foram selecionados 10 estagiários que já estão atuando nos postos de serviços assim caracterizados:



Grau de Instrução	Deficiência	Setor de Estágio
Ensino Médio	Deficiência múltipla	Coordenadoria de Publicação
Ensino Médio	Deficiência física	Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos
Ensino Técnico	Deficiência auditiva	Diretoria de Comunicação Social
Ensino Superior - Letras	Baixa visão	Consultoria Legislativa.
Ensino Superior -Ciências Sociais	Deficiência física	Gerência do Centro de Memória
Ensino Superior -Fisioterapia	Deficiência visual	Coordenadoria de Saúde e Assistência
Ensino Superior -Engenharia Sanitária e Ambiental	Deficiência visual	Coordenadoria de Serviços Técnicos
Ensino Superior - Biblioteconomia	Deficiência física	Coordenadoria da Biblioteca
Ensino Superior- Direito	Deficiência física	Chefia de Gabinete da Presidência
Ensino Superior- Naturologia Aplicada	Deficiência visual	Coordenadoria de Saúde e Assistência







Solenidade de Posse dos Estagiários



1.6 Programa de Estágio Regular

O Programa de Estágios da ALESC tem como objetivo cumprir plenamente o preparo do estudante para o mundo do trabalho, em concomitância ao atendimento às unidades administrativas da Casa que se propõem a orientar este segmento.

Objetivamos também promover a aproximação entre o conhecimento acadêmico e o trabalho desenvolvido pelo Parlamento.

Esse constante aperfeiçoamento do programa garante a melhor maneira de contribuir com a condução do Processo Legislativo, oxigenando esta instituição, por meio da contribuição do olhar da juventude e da vontade de aprender dos estudantes.

A Alesc proporciona 40 vagas de estágio, para estudante regularmente matriculado em unidades de ensino de nível médio e superior.







1.7 Campanha de Adoção "Laços de Amor"

Em 23 de maio de 2011, foi lançada, no Plenário Deputado Osni Régis da Assembleia Legislativa a Campanha Adoção - Laços de Amor.

A Campanha realizada por uma parceria do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça e Poder Legislativo, tem por objetivo reduzir o número de abrigados em instituições do estado. O Poder Judiciário está engajado na campanha para garantir maior agilidade nos processos de adoção.

A comunicação do programa contará histórias reais, mostrando como os laços de amor nascem entre os novos pais e filhos. Grupo de irmãos que encontraram um novo lar, criança com necessidades especiais que fez renascer a alegria na vida da nova mãe são algumas das histórias reveladas pela campanha.





Todas as ações serão de estímulo à adoção e pretendem flexibilizar os planos de futuros pais e mães, ampliando seu olhar para crianças mais velhas, para adoção múltipla de irmãos e para os jovens que aguardam ansiosamente sua nova família. Porque amor entre pais e filhos não tem limite, não tem idade, nem etnia e nem mesmo condição física ou social. A Adoção cria Laços de Amor incondicionais.









A Assembleia Legislativa disponibiliza no seu portal informações de como proceder, criando um "Passo a Passo" para a adoção, bem como traz depoimentos de famílias que já passaram pelo processo de adoção.

Ainda buscando auxiliar nesse processo, é possível encontrar no portal, o link "Perguntas Frequentes", onde são respondidas as dúvidas de quem deseja adotar.





1.8 Transmissão em Libras

As sessões ordinárias da Assembleia Legislativa são transmitidas em Libras, para que as pessoas com deficiência auditiva também acompanhem os trabalhos da Casa.

A iniciativa promove a inclusão social de 180 mil pessoas e permite que mais catarinenses possam nos fiscalizar, exercendo o direito pleno à democracia.

A transmissão em Libras foi viabilizada através de convênio entre o Legislativo barriga verde e a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), que cederá quatro intérpretes.



1.9 Campanha Crianças Desaparecidas

A Assembleia Legislativa inseriu –se na luta por uma das causas mais angustiantes da atualidade no país: o desaparecimento de crianças e adolescentes, para tanto, o AL Notícias traz fotos e dados sobre crianças desaparecidas em Santa Catarina e no Brasil. O mesmo ocorre nos demais veículos de comunicação da Casa - TV AL, Rádio Alesc e site.

As entidades que lidam com o tema acreditam que a divulgação massiva das imagens das crianças e adolescentes não só contribuem na sua localização, como também servem de alerta para que pais e crianças fiquem mais atentos, evitando que novos casos aconteçam. Uma tarefa gigantesca. Afinal, a cada ano são registrados 40 mil novos desaparecimentos nas delegacias do país. Boa parte dos casos tem solução rápida, mas algo entre 10% e 15% permanecem sem respostas durante longos períodos. E muitas vezes sequer são resolvidos.







1.11 Consolidação das Leis Catarinense

A Assembleia Legislativa organizou por intermédio da Universidade Federal de Santa Catarina, a sistematização e consolidação de cerca de 20 mil leis, em vigor, criadas desde 1947 até os dias atuais. Ou seja, todo o arcabouço jurídico catarinense vai passar por um pente fino de 40 professores, doutores e mestres, que culminará em uma obra de utilidade pública para auxiliar desde o cidadão comum até desembargadores e doutores no assunto. O projeto, um dos pioneiros no país.







1.12 Portal Transparência

O Portal foi criado pelo Legislativo catarinense para atender a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determinou a todos os poderes e órgãos públicos a disponibilização de suas receitas e despesas. Agora o espaço virtual traz novas informações:

O portal disponibiliza em tempo hábil em único espaço virtual, as informações de interesse público.

O Transparência Alesc continuará sendo aperfeiçoado, visando não só tornar públicas as informações, como também estimular a participação e a fiscalização da sociedade.







1.13 Audiências Públicas

Audiência pública é a reunião de Comissão ou Comissões da Assembleia com entidades da sociedade civil ou movimentos sociais organizados para instruir matéria legislativa em trâmite ou para tratar de assunto de interesse público.





COMISSÕES	QUANTIDADE
Agricultura e Política Rural	04
Constituição e Justiça	03
Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência	01
Direitos Humanos	07
Economia, Ciência, Tecnologia, Minar e Energia	03
Educação, Cultura e Desporto	04
Finança, e Tributação; Proteção Civil; Agricultura e Política Rural	03
Legislação Participativa	04
Pesca e Aquicultura	03
Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e Mercosul	02
Saide	05
Segurança Pública	10
Trabalho, Administração e Serviço Público	03
Transportes E Desenvolvimento Urbano	03
Turismo e Meio Ambiente	02







1.14 Agendamento de Visitas Dirigidas

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina recebe grupos de estudantes, idosos e universitários no Palácio Barriga Verde, sede do Poder Legislativo Catarinense, de segunda a sexta, das 8h00 às 18 horas.

Os grupos são conduzidos por servidores da Gerência do Cerimonial e durante a visita são abordados temas como a história, o papel, a estrutura e o funcionamento do Legislativo Catarinense.

São entregues cartilhas, de acordo com a faixa etária, tratando de temas referentes a história do Parlamento e a importância do processo legislativo na construção da democracia.







1.15 Espaço Cultural

A Alesc disponibiliza, gratuitamente, no Hall de entrada do Palácio Barriga Verde, um espaço nobre reservado aos artistas e escritores catarinenses, propiciando a divulgação de suas obras. Dessa forma incentiva e valoriza os talentos catarinenses, oportunizando à população acesso a nossa cultura.











1.16 Biblioteca

A Biblioteca da Alesc encontra-se no no hall principal, um novo espaço, em local de fácil acesso, moderno, climatizado, equipado com computadores para facilitar as pesquisas do público e sua interação com o Poder Legislativo.

A Biblioteca adota o sistema SIBI, que proporciona mais agilidade na consulta do acervo, empréstimo, devolução e renovação dos livros.

Buscando aproximar o cidadão do Legislativo, também foi lançada a página da Biblioteca na internet, disponibilizando a Biblioteca Virtual que possibilita pesquisar as obras e visualizar as capas e sumários dos livros digitalizados.

Foi implantado e disponibilizado para consulta a digitalização dos periódicos e livros permitidos pela Lei dos Direitos Autorais.







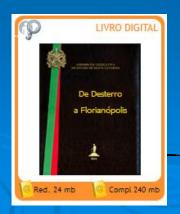


1.17 Centro de Memória

O Centro de Memória propicia aos cidadãos o acesso à história do Parlamento Catarinense, não apenas dispondo seu acervo para pesquisa, mas também publicando sua produção legislativa, através da elaboração de livros compostos por documentos manuscritos e impressos, que registram os fatos da história de cada município.

Esses livros e as Constituições Estaduais estão disponíveis para leitura online ou download, sob a denominação: O Legislativo Catarinense Contando a História da Cidade – publicação especial comemorativa do aniversário dos municípios. Constituições Estaduais de 1891 a 1989.







1.18 Capacitação e Desenvolvimento

Propiciar momentos de reflexão e ampliação de conhecimentos sobre políticas e as Competências Constitucionais e a função do Poder Legislativo, possibilitando uma consciência mais crítica e participativa.

PROGRAMAS	PARTICIPANTES
Formação e Aperfeiçoamento Profissional	404
Formação de Agentes Políticos	3.044
Programa Conhecendo o Parlamento	7.081
Outros	130







1.17 Programa Parlamento Jovem

O Parlamento Jovem é um projeto da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob coordenação da Escola do Legislativo, criado para estimular a participação política da juventude. O deputado estudante viverá situações reais da atividade político-parlamentar com a elaboração, apresentação e votação de projetos em Sessão Plenária a ser realizada semestralmente.

Poderão participar os alunos do Ensino Médio matriculados nas Escolas das redes pública e privada. Serão sorteadas quatro escolas, uma por região do Estado, somando um total de cinco escolas. Ao todo serão eleitos 40 (quarenta) deputados estudantes.









As inscrições estão constantemente abertas, e o formulário de inscrição deverá ser encaminhado à Escola do Legislativo por meio de correio, internet ou fax.

O sorteio das escolas participantes é realizado em Sessão Plenária, no dia da abertura oficial de cada edição. As escolas sorteadas são então visitadas por uma equipe da Escola do Legislativo, com o intuito de orientar alunos e professores sobre o Parlamento Jovem. O aluno tem a oportunidade de discutir diversos assuntos, podendo apresentar propostas nos moldes de um projeto de lei.





1.18 Programa Fala Jovem

Propiciar aos estudantes momentos de reflexão e ampliação de conhecimentos sobre políticas e as Competências Constitucionais e a função do Poder Legislativo, possibilitando aos mesmos uma consciência mais crítica e participativa.

Programa de auditório itinerante realizado em Escolas e Universidades de Catarinenses. Envolve a participação de deputados e convidados locais em uma conversa descontraída com os jovens. Os temas são ligados à realidade da juventude: mercado de trabalho, educação, saúde, sustentabilidade, esportes e tecnologias. O programa é uma realização da Escola do Legislativo e da TV Assembleia.









1.19 Programa Encontros com a Assembleia

É uma proposta de interiorização das atividades do Parlamento Catarinense. Trata-se de uma oportunidade para os catarinenses de diferentes regiões do Estado acompanharem gratuitamente palestras com pessoas de renome em suas áreas de atuação, como esporte, saúde, cultura e comunicação.

A proposta é aproximar cada vez mais a Assembleia do cidadão catarinense.









1.20 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

TVAL - 24 horas por dia no ar com programação em canal fechado

Transmissões ao vivo

As Sessões Plenárias, reuniões das Comissões, Audiências Públicas, Fóruns.

Telejornal

A TVAL tem duas edições diárias de segunda a quinta-feira.

Notícias da Semana

 as sextas-feiras o programa Notícias da Semana traz um resumo dos fatos que marcaram as discussões e votações na Assembléia.

Programa Fala Deputado

 entrevistas exclusiva na qual o parlamentar expõe seus projetos, detalhes de sua atuação e seu histórico político.

Entrevistas, reportagens e documentários

 reportagens especiais, entrevistas e documentários sobre temas sociais, econômicos e culturais de Santa Catarina.





Rádio Alesc Digital

- Boletins de notícias e entrevistas com os parlamentares e programas especiais.
- Disponibilizada a todas as rádios catarinenses através do site da Alesc.

Boletins de Notícias e Site

- textos e reportagens diárias sobre as atividades do Legislativo.
- enviado para a imprensa catarinense.

Fotografias

- imagens dos eventos e dos Deputados.
- disponibilizadas no site da Assembléia.

> AL Notícias

- As notícias são publicadas semanalmente no jornal AL Notícias.
- espaço para artigos dos Deputados
- uma vez ao mês circula com um caderno especial.
- tiragem semanal de sete mil exemplares.
- disponível no site



1.21 Doação de Móveis e Equipamentos

Foram doados bens móveis inservíveis do Poder Legislativo aos municípios castigados com as chuvas de Blumenau, Brusque, Itajaí e Rio do Sul. A doação foi efetivada através dos órgãos de Defesa Civil desses municípios, em razão da situação de emergência ou de calamidade pública decretadas por causa das intempéries. Foram doados todos os móveis em desuso, mesas, cadeiras e armários.

Essa prática de doação de móveis é constante, tanto para atender demandas emergências, como também para atender instituições declaradas de utilidades públicas que solicitam de móveis e equipamentos para sua sede.



II – COMPROMISSO COM O SERVIDOR DA ALESC

2.1 Saúde

- Planos de Saúde
 - · Pró-Saúde

Gerenciado por servidores da Alesc;

Modalidade de rateio das despesas médico-hospitalares e ambulatoriais.

Unimed/Afalesc

Convênio com a Associação dos Servidores

Santa Catarina Saúde

Santa Catarina Saúde/Unimed.

Contribuição mensal de 4,5% sobre o vencimento;

Valor mínimo de R\$ 35,00 e máximo de R\$ 250,00 por grupo familiar; e

Co-participação nas despesas médico-hospitalares e ambulatoriais.

Estrutura Interna de atendimento à Saúde do Servidor

- Atendimentos médicos em 2012: 1302
- Atendimento odontológico: 1701
- Atendimentos e Procedimentos Realizados pelo Laboratório de Análises Clínicas: 60 totalizando 3552 exames
- Atendimentos e procedimentos realizados pela Enfermagem: 2.575
- Atendimentos realizados pelo Serviço Social: 672
- Atendimentos Psicológicos: 1737
- Atendimento s referentes à Nutrição:156
- Atendimento de Ortopedia, traumatologia e reumatologia: 2003
- Atendimento de Acupultura: 540
- Realização de Cinesioterapia Laboral: 2029 aulas ministradas para 8820 participantes.











Programa Ginástica Laboral

O objetivo da GL (Ginástica Laboral) na Assembleia Legislativa é promover adaptações fisiológicas, físicas e psíquicas, por meio de exercícios dirigidos que: trabalham a reeducação postural; aliviam o estresse; diminuam o sedentarismo; aumentam o ânimo para o trabalho; promovam a saúde e uma maior consciência corporal; aumentam a integração social; melhoram o desempenho profissional; e diminuam as tensões acumuladas no trabalho.

A GL previne lesões e doenças por traumas cumulativos, como as LER (Lesões por Esforços Repetitivos) e os DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), diminuem a fadiga visual, corporal e mental por meio das pausas para os exercícios. A incorporação da Ginástica Laboral pode trazer muitos benefícios como: redução de faltas dos funcionários; aumento da produtividade; redução de quedas; maior integração da equipe.

São realizadas 2 sessões semanais na Alesc, conduzidas por profissional da área de Fisioterapia, acontecendo em horários e locais diferentes para possibilitar a participação de maior número de servidores





2.3 Programa de Vacinação

Os cuidados de prevenção contra a gripe A (H1N1).

A Assembleia Legislativa tomou a iniciativa de prevenir e evitar a transmissão do vírus no Parlamento. Foram adotadas medidas preventiva, nas quais anualmente são vacinados diversos servidores, estagiários e terceirizados.





2.4 Campanha de Doação de Sangue

Um grupo de funcionários da Assembleia Legislativa participa de ação voluntária para doação de sangue no Hemocentro de Florianópolis (Hemosc).

A captação de doadores é uma atividade voltada ao desenvolvimento de programas e campanhas que objetivam conscientizar a população quanto à importância da doação de sangue. O trabalho busca assegurar a quantidade necessária de doadores e aprimorar o perfil das doações, garantindo o padrão de qualidade do sangue coletado







2.2 Educação

Programa de Formação e Aperfeiçoamento Profissional

Objetiva qualificar e capacitar os parlamentares e servidores que prestam serviços na Assembléia Legislativa no âmbito de sua esfera de atuação e competência, através de ações que propiciem um processo sistemático de educação continuada.







Pós-graduação em Poder Legislativo e Cidadania

Foi oferecido aos servidores do Parlamento catarinense e de câmaras municipais desenvolver competências exclusivas do âmbito do Poder Legislativo, através da reflexão crítica acerca da missão institucional dos Parlamentos e seu papel no processo de promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

O curso tem duração de 360 horas presenciais, acrescida de um período de até 5 (cinco) meses para apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso. s para a melhoria da qualidade do serviço público.





2.3 PROGRAMAS

Programa "Valorização do Servidor"

Semana de Homenagem ao Servidor Público

Objetivando celebrar o Dia do Servidor Público, promovendo a interação e confraternização dos servidores da Casa, fortalecendo os vínculos de trabalho, por meio de ações que agreguem valor às relações humanas.











Programa "Consciência Limpa"



O Programa Consciência Limpa tem como objetivo principal a conscientização e a efetiva participação na preservação do meio ambiente, através de ações que estimulem os servidores, assessores, parlamentares e visitantes do Poder Legislativo.

O reconhecimento da importância de investir na preservação, através do Programa Consciência Limpa da Alesc, vem ao encontro de todo o esforço que o Poder Legislativo Catarinense tem feito em ações que exemplificam a proteção do meio ambiente, buscando a melhoria da qualidade de vida de todos os catarinenses.





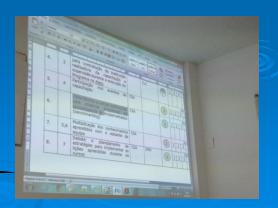
Programa "Qualidade de Vida dos Servidores da Alesc"

O Programa pretende contribuir para melhorar a qualidade de vida dos servidores da Alesc por meio da realização de diversas ações, entre as quais se destacam: palestras educativas e motivacionais, ações de sensibilização, atividades laborais, realização de exames médicos e laboratoriais periódicos, aplicação de testes específicos que visem a detecção do grau de satisfação do servidor em relação ao trabalho, nível de stress, depressão e ansiedade.

O objetivo maior do Programa é tanto o de rastrear, de diagnosticar e de prevenir determinadas patologias que possam comprometer a saúde dos servidores, quanto o de estimular e incentivar no sentido da obtenção de maior qualidade de vida no trabalho, o que, certamente, refletirá em sua vida de modo geral.









Programa "Repensando a Relação com a Aposentadoria"

É um Programa integrado e continuado de gestão de aposentadoria, com ações relacionadas ao público interno da Alesc em condições de requerer sua aposentadoria nos próximos cinco anos ou já aposentados, propiciando um espaço de disseminação de informações, orientações e acolhimento às dúvidas e receios, buscando oferecer suporte nessa fase de transição para uma nova etapa de vida, a aposentadoria.







III – A ALESC SOB A ÓTICA QUANTITATIVA

Demonstrativo de Servidores

Discriminação	Total
Efetivos	648
Comissionados	1.014
Servidores efetivos/comissionados	26
Total	1.636
Servidores em estágio probatório	85
Servidores à disposição em outros órgãos	24
Servidores em licença tratamento de interesses particulares	5
Servidores em licença para freqüentar cursos	1
Servidores em licença para exercer cargo eletivo	1
Servidores aposentados	479
Servidores de outros órgãos à disposição na Alesc	90

Movimentação de Pessoal

Discriminação	Total
Investidos em cargo efetivo	14
Exoneração de cargo efetivo	1
Aposentadorias revertidas ao serviço público	-
Aposentadoria voluntária	41
Aposentadoria compulsória	2
Aposentadoria por invalidez	6
Falecidos efetivos	1
Falecidos aposentados	8
Falecidos comissionados	



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RECEITAS MENSAIS - ano 2012

Mês	Valor
JANEIRO	R\$ 37.878.992,46
FEVEREIRO	R\$ 39.685.875,95
MARÇO	R\$ 35.299.575,27
ABRIL	R\$ 37.172.731,23
MAIO	R\$ 41.477.799,72
JUNHO	R\$ 37.169.450,63
JULHO	R\$ 38.324.822,20
AGOSTO	R\$ 37.122.372,75
SETEMBRO	R\$ 37.993.590,70
OUTUBRO	R\$ 38.041.369,13
NOVEMBRO	R\$ 39.315.787,26
DEZEMBRO	R\$ 40.957.160,70
TOTAL GERAL	R\$ 460.439.528,00



> 2 Despesas com Pessoal - Primeiro Quadrimestre

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 1º QUADRIMESTRE DE 2012 (MAIO/2011 a ABRIL/2012)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alinea "a")		R\$ 1,00	
	DESPESAS E	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos l	12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM	
DESPESA COM PESSOAL		RESTOS A PAGAR	
		NÃO	
		PROCESSADOS	
	(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	281.801.851,31	245,50	
Pessoal Ativo	206.509.148,44	245,50	
Pessoal Inativo e Pensionistas	75.292.702,87		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	13.247.228,57	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	913.379,11		
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00		
Despesas de Exercícios Anteriores	179.033,37		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.154.816,09		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	268.554.622,74	245,50	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	268.554	268.554.868,24	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VAI	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.213.80	14.213.867.210,86	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,	1,89	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2,20>	312.705	312.705.078,64	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <2,09%>	297.069	297.069.824,71	
FONTE: DF.			



> 2 Despesas com Pessoal - Segundo Quadrimestre

FONTE: DF.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2º QUADRIMESTRE DE 2012 (SETEMBRO/2011 a AGOSTO/2012)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00
	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos	12 Meses)
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM
DESPESA COM PESSOAL		RESTOS A PAGAR
		NÃO
		PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	302.788.541,53	245,50
Pessoal Ativo	212.501.186,28	245,50
Pessoal Inativo e Pensionistas	90.287.355,25	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	29.161.033,01	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.059.799,58	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	64.403,08	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.036.830,35	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	273.627.508,52	245,50
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	273.627.754,02	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.292.790.588,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,91	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2,20>	314.441.392,94	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <2,09%>	298.719.323,29	



> 2 Despesas com Pessoal -Terceiro Quadrimestre

FONTE: DF.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 3º QUADRIMESTRE DE 2012 (JANEIRO/2012 a DEZEMBRO/2012)

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00
	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos l	12 Meses)
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM
DESPESA COM PESSOAL		RESTOS A PAGAR
		NÃO
		PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	328.178.597,34	0,00
Pessoal Ativo	220.132.572,48	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	108.046.024,86	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	43.069.851,64	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.396.281,54	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	299.547,97	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	41.374.022,13	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	285.108.745,70	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	285.108.745,70	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.535.174.071,92	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,96	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2,20>	319.773.829,58	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <2,09%>	303.785.138,10	